



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador ESPERIDIÃO AMIN

EMENDA Nº
(ao PL 2338/2023)

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.338, de 2023, que *dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial*.

“Art. 2º

.....

XVII – proteção de direitos de propriedade intelectual e ao segredo comercial e industrial;

.....”

JUSTIFICAÇÃO

O art. 2º do substitutivo apresentado ao PL nº 2.338, de 2023, relaciona entre os fundamentos da inteligência artificial no Brasil a “proteção de direitos de propriedade intelectual, observada a sua função social.”

Ainda que a função social da propriedade seja constitucionalmente prevista, elevá-la ao *status* de fundamento da inteligência artificial especialmente no contexto da propriedade intelectual significa, na prática, eliminar as proteções ao **direito autoral**, estabelecidas na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e as proteções aos **programas de computador**, definidas na Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998. Portanto, mesmo a propriedade intelectual dos sistemas de inteligência artificial em si estaria comprometida, uma vez que são, essencialmente, programas computacionais.



Essa insegurança jurídica com relação à propriedade intelectual certamente limitará investimentos e comprometerá o desenvolvimento nacional, sendo inadequada no atual momento.

Por essas razões, sugerimos a alteração do dispositivo para reforçar a proteção à propriedade intelectual e, ainda, explicitar a inclusão dos segredos comerciais e industriais.

Ressaltamos, por fim, que a legislação específica de proteção à propriedade intelectual já contempla mecanismos para garantir sua função social, não havendo qualquer prejuízo com a alteração proposta.

Sala das sessões, 2 de julho de 2024.

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)

